

CONFIRA OS GRÁFICOS DO ORÇAMENTO DE 2014, 2013 E 2012

Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado

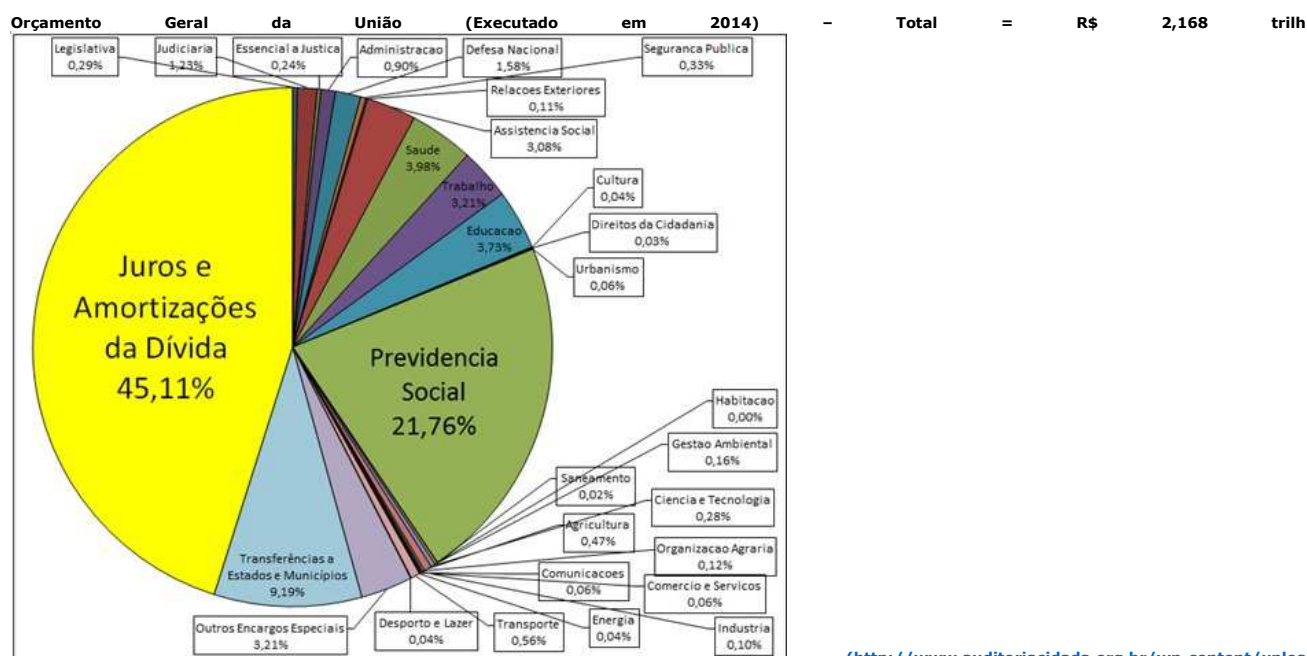
Maria Lucia Fattorelli[i] (# edn1)

Rodrigo Ávila[iii] (# edn2)

5/2/2015

Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano.

Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social, conforme o gráfico abaixo.



(<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Orçamento-2014-executado.jpg>) Fonte: <http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=4434917> (<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=4434917>). Notas: 1) inclui o "refinanciamento" da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos; 2) os gastos com juros e amortizações da dívida se referem aos GNDs 2 e 6 (<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=4434925>), e foram desmembrados da Função "Encargos Especiais"; 3) as transferências a estados e municípios se referem ao programa 0903 - "Operações Especiais Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica" (<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=4434998>), e também foram desmembradas da Função "Encargos Especiais". 4) os demais gastos da função "Encargos Especiais" foram referidos no gráfico como sendo "Outros Encargos Especiais", e representam principalmente despesas com o ressarcimento ao INSS de desonerações tributárias, subsídios à tarifa de energia elétrica, pagamento de precatórias, dentre outras. 5) O gráfico não inclui os "restos a pagar" de 2014, executados em 2015.

Cabe esclarecer que os dados do gráfico acima foram extraídos dos dados oficiais contabilizados pelo governo no SIAFI.

O critério utilizado para a elaboração do gráfico soma as parcelas informadas pelo governo a título de "juros" e "amortizações", no total de R\$978 bilhões, pelas seguintes razões:

a) A parcela informada pelo governo a título de "Juros e Encargos da Dívida" foi de apenas R\$ 170 bilhões. Conforme vem sendo denunciado desde a CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados[iii] (# edn3), em cada ano o governo vem deixando de computar grande parte dos juros nominais, classificando-a como "amortizações". As estatísticas governamentais não evidenciam o valor que efetivamente está sendo pago a título de juros nominais aos detentores dos títulos.

b) A parcela informada pelo governo a título de "Amortizações da Dívida", ou seja, o pagamento do principal, foi de R\$ 808 bilhões. Tal valor está inflado pela atualização monetária de toda a dívida, que deveria fazer parte dos juros, pois de fato é parte da remuneração dos títulos, mas está sendo contabilizada como se fosse "amortização", conforme também denunciado desde a CPI da Dívida Pública[iv] (# edn4).

Por causa desses equívocos denunciados há anos, grande parte dos "Juros" que efetivamente pagamos aos detentores dos títulos está

embutida na parcela das “Amortizações”. Diante da falta de informação acerca dos juros nominais efetivamente pagos e da atualização monetária efetuada, não temos outra alternativa senão somar todo o gasto com a dívida, conforme demonstrado no gráfico.

Esse equívoco do governo na apresentação dos gastos efetivos com a dívida pública faz parte de uma coleção de privilégios de ordem financeira, legal e econômica que o Sistema da Dívida usufrui. Tal fato tem levado inúmeros analistas a aliviar o efetivo peso que o endividamento público exerce sobre as contas públicas do nosso país, utilizando um termo que ilude aqueles que não se aprofundam na análise do Sistema: dizem que a parcela das amortizações configuram “mera rolagem”, ou seja, o refinanciamento de dívida anteriormente existente mediante a contratação de nova dívida, razão pela qual não seria um problema para o país.

Analisando-se a composição do montante de R\$ 808 bilhões contabilizados como “amortizações”, verifica-se o seguinte:

- a) R\$ 615 bilhões foram contabilizados pelo governo como “refinanciamento”, aí incluindo-se a correção monetária que não é explicitada em nenhum documento, e que é parte dos juros nominais efetivamente pagos aos detentores dos títulos. Ou seja, não se trata de “mera rolagem”, mas sim pagamento de grande parte dos juros com a contratação de nova dívida, o que fere o art. 167 da Constituição Federal;
- b) R\$ 54 bilhões provém do recebimento de dívidas das quais a União é credora, principalmente as dívidas que estados e municípios pagaram ao governo federal, ou seja, também não se trata de “mera rolagem”;
- c) R\$ 22 bilhões provém do rendimento dos recursos da Conta Única do Tesouro, R\$ 19 bilhões de lucros das estatais (por exemplo, Petrobrás, Banco do Brasil, etc), dentre muitas outras fontes. Assim, também não se trata de “mera rolagem”, pois as tais parcelas de “amortizações” não foram pagas com nova dívida, mas sim com recursos oriundos de sacrifício social, quando o povo paga caro pelo combustível, pelas tarifas e juros dos bancos estatais, pela conta de energia elétrica e vários outros produtos (altamente onerados pelos impostos estaduais – ICMS), etc.
- d) R\$ 61 bilhões das amortizações se referem à cobertura de prejuízos do Banco Central, ocorridos, por exemplo, em operações chamadas de “swap cambial”, que beneficiam grandes investidores às custas do povo. Interessante observar que, quando o Banco Central dá lucro em determinados períodos^[v] ([#_edn5](#)), tais recursos são destinados obrigatoriamente para o pagamento da questionável dívida pública.

Devido aos diversos privilégios do Sistema da Dívida que beneficia principalmente ao setor financeiro privado nacional e estrangeiro, o estoque da dívida já supera R\$ 4,5 trilhões de reais: o volume de títulos da dívida interna emitidos já somam R\$3,3 trilhões^[vi] ([#_edn6](#)) e a dívida externa bruta supera 554 bilhões de dólares^[vii] ([#_edn7](#))!

A análise dos gastos com a dívida não deve ficar restrita aos fabulosos números tanto dos gastos anuais como de seus estoques. É necessário ressaltar que a dívida atual é altamente questionável, pois é produto de inúmeras ilegalidades e ilegitimidades desde a sua origem espúria no período da ditadura militar, até os tempos atuais.

Apenas para ilustrar, cabe citar algumas infâmias que impactam a geração de dívida pública:

- a) taxas de juros absurdas, estabelecidas sob influência de banqueiros^[viii] ([#_edn8](#)), utilizando-se o pretexto de combater uma inflação que nada tem a ver com taxa de juros, mas com a alta de preços administrados pelo próprio governo (como luz, água e combustíveis) e da alta de alimentos, causada por fatores climáticos;
- b) aplicação de “juros sobre juros”, prática considerada ilegal, conforme Sumula 121 do STF;
- c) aplicação das mais altas taxas de juros do mundo, sem justificativa técnica;
- d) utilização da dívida interna onerosa para financiar a compra de dólares especulativos que ingressam no país (sob o pretexto de evitar que o Brasil seja atingido por crises internacionais, mas que poderiam ser evitadas por meio do controle de fluxo de capitais), e destinação desses dólares para as reservas internacionais que não rendem quase nada ao país;
- e) utilização da dívida interna onerosa para financiar questionáveis empréstimos do BNDES a juros subsidiados e prazos a perder de vista para grandes empresas privadas que realizam obras no exterior.

Por tudo isso reivindicamos a realização de completa auditoria da dívida pública, tanto interna como externa, desde a sua origem. A contínua destinação de elevados montantes para o pagamento de “amortização” da dívida, suavizados sob o rótulo de “mera rolagem”, assim como dos extorsivos juros desse questionável processo, estão sacrificando a sociedade. Além de arcar com pesada e distorcida carga tributária, a sociedade não recebe os serviços sociais essenciais, como saúde e educação. O país está com seu desenvolvimento socioeconômico travado, a serviço de garantir lucros escorchantes ao sistema financeiro, e apodrecido pela corrupção.

^[i] ([#_ednref1](#)) Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida www.auditoriacidada.org.br (<http://www.auditoriacidada.org.br>)

^[ii] ([#_ednref2](#)) Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

[iii] (#_ednref3) <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf> (<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf>)

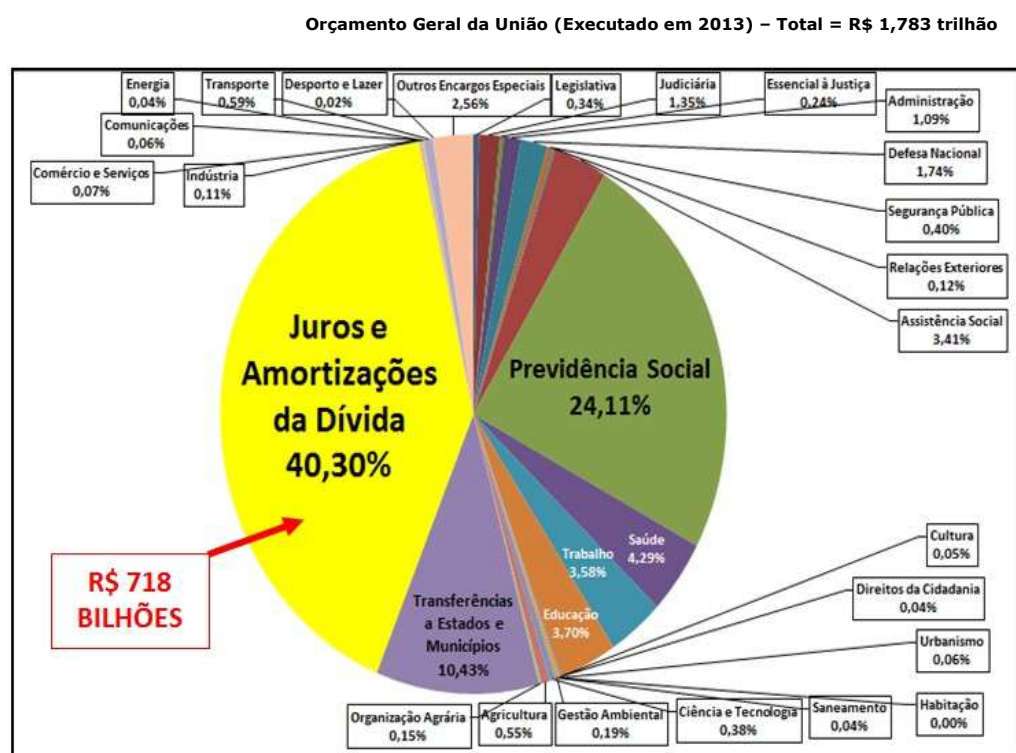
[iv] (#_ednref4) <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf> (<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf>)

[v] (#_ednref5) Em 2014, R\$ 21 bilhões desta fonte de recursos foram utilizados para o pagamento de amortizações da dívida federal.

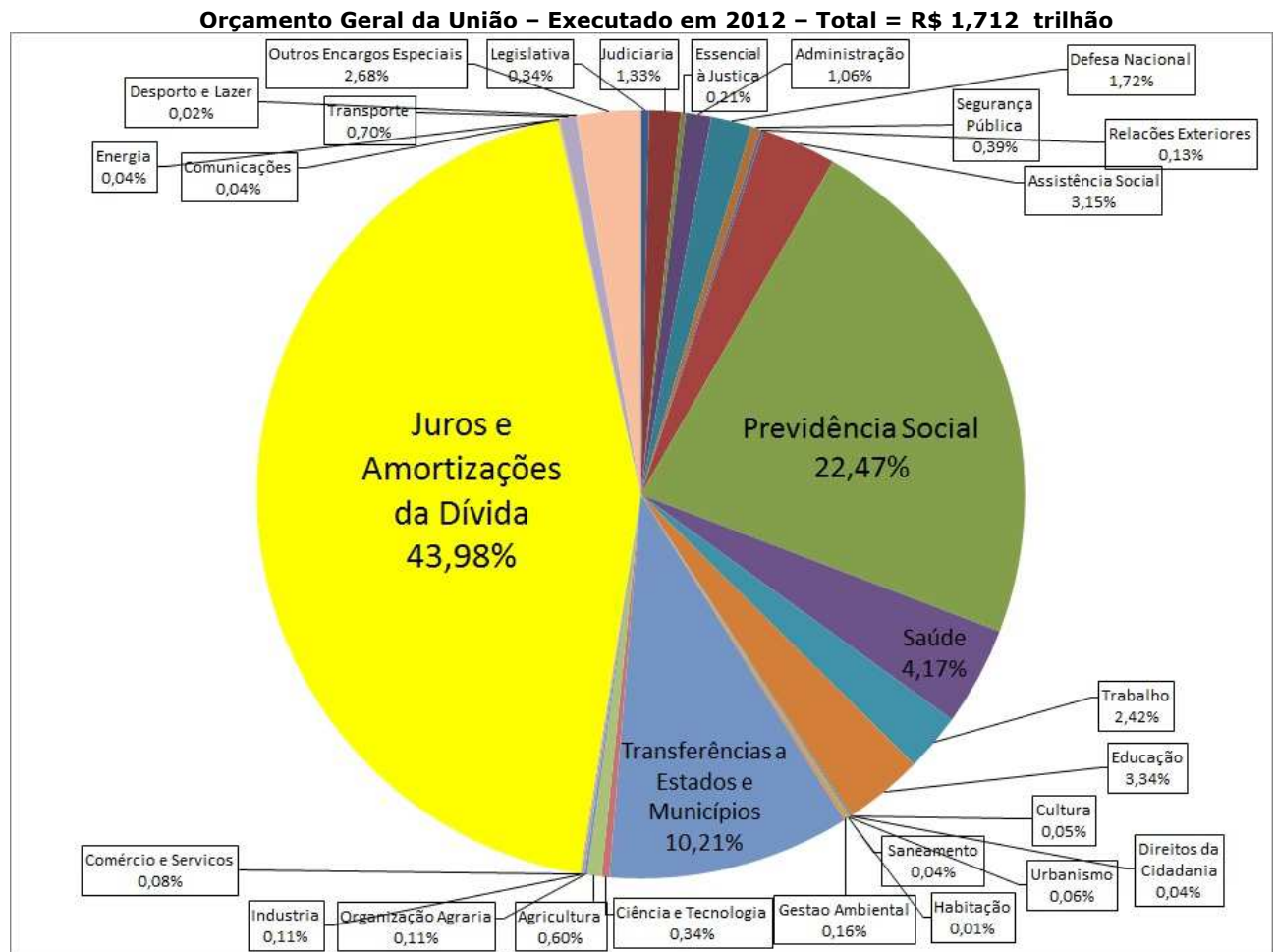
[vi] (#_ednref6) <http://www.bcb.gov.br/> (<http://www.bcb.gov.br/>) Notas para imprensa/POLÍTICA FISCAL/ Quadro XXXVI – Títulos públicos federais

[vii] (#_ednref7) <http://www.bcb.gov.br/> (<http://www.bcb.gov.br/>) Notas para imprensa/SETOR EXTERNO/Quadro LI-Dívida Externa Bruta

[viii] (#_ednref8) <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Voto-em-separado.pdf> (<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Voto-em-separado.pdf>)



(<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/02/orcamento-2013.jpg>) Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. Não inclui os restos a pagar de 2013, pagos em 2014.



(<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Orçamento-2012.jpg>)

Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza dentro deste item grande parte do pagamento de juros.